

MP abre nova linha de investigação de ataques a grupo anti-Bolsonaro

A Procuradoria-Geral Eleitoral abriu uma nova linha de investigação para apurar se os ataques cibernéticos feitos contra grupo anti-Bolsonaro no Facebook durante a campanha eleitoral de 2018 foram financiados e geraram crime de lavagem de dinheiro.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Durante a campanha de 2018, grupo anti-Bolsonaro no Facebook passou a veicular mensagens de apoio ao candidato
Fernando Frazão/Agência Brasil

A tese foi apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral em setembro pela defesa da ex-ministra Marina Silva (Rede) e indica que Victor Gabriel de Oliveira, identificado pela Polícia Federal como um dos suspeitos, teria recebido R\$ 36 mil de terceiros para executar o ataque.

O alvo foi o grupo "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro", responsável por organizar o movimento "Ele Não" durante a campanha e que chegou a ter 2,7 milhões de integrantes. Com o ataque, teve o nome alterado para "Mulheres com Bolsonaro" e passou a veicular material favorável ao candidato — parte disso compartilhada pelo próprio Bolsonaro.

A partir da identificação de Victor, a defesa de Marina pesquisou o nome do suspeito e identificou processo em que pede indenização à ferramenta *PayU* pelo bloqueio de R\$ 36 mil em sua conta. Ele alega que o valor foi recebido pela venda de eletrodomésticos.

A medida foi tomada porque a movimentação foi considerada suspeita: todo o dinheiro foi recebido entre 20 e 21 de setembro de 2018, em valores enviados de usuários com CPFs inexistentes, com pagamento por boleto bancário e em horários pouco habituais.

Para a defesa da ex-ministra e candidata a presidente, o caso traz fortes indícios de que houve associação de indivíduos e financiamento de terceiros para promover o ataque cibernético. Se descobrir-se quem fez os pagamentos suspeitos, pode-se chegar a quem financiou os atos ilícitos praticados contra o grupo no

Facebook.

Sandra Fado



Corregedor eleitoral, ministro Salomão determinou expedição de ofício ao MP-SP para saber das apurações sobre o caso Sandra Fado

O Ministério Público Eleitoral considerou que medidas de apuração seriam relevantes, inclusive porque a movimentação suspeita identificada pelo *PayU* ocorreu apenas uma semana depois do ataque cibernético, realizado em 15 de setembro de 2018.

Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral e relator das aijes (ações de investigação judicial eleitoral) sobre o caso, o ministro Luís Felipe Salomão determinou a expedição de ofício ao Ministério Público de São Paulo para obter informações relativas a algum procedimento em apuração em decorrência da ação ajuizada por Victor contra a *PayU*.

A medida é possível porque o TSE [decidiu](#), recentemente, que as duas ações ajuizadas contra a chapa do presidente Jair Bolsonaro retornem à [fase de instrução](#) para a produção de prova pericial.

Advogado de Marina Silva no caso, **Rafael Moreira Mota**, da **Mota Kalume Advogados**, afirmou que a investigação no TSE está a cada dia mais próxima de apontar quem está por trás do financiamento dos crimes cometidos em 2018 e se o financiador tem envolvimento com a campanha presidencial de Bolsonaro.

"Os ataques covardes dos hackers ao grupo de eleitoras contrárias ao então candidato foram um verdadeiro atentado à democracia. A punição dos responsáveis será uma resposta importante", concluiu.

Aije 0601369-44

Aije 601401-49

Clique [aqui](#) para ler a decisão